

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

Sobre os autores

Alessandra Nascimento Bernardo: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

Aline Silveira Viana: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

Antônio Miguel Vieira Monteiro: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

Arthur Soffiati: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

Cláudia Paola Cardozo: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

Cláudio Carneiro: Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

Davi Barbosa do Nascimento: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

Dora Vargas: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

Edison Pessanha Braga: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

Eymar Silva Sampaio Lopes: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

Jane Nunes: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

Jocimar Gonçalves Lisboa: Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

Juliana T. Nazareno Mendes: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Juliana Sartori: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos” e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

Layla Stassun Antonio: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

Leticia Aparecida Rocha: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

Luana Fernandes dos Santos Azeredo: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

Luciano Lourenço: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

Marcello Silva da Costa: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagoli: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

Mário Augusto Vicente Malaquias: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

Neusa Francisca Nascimento: Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

Renzo Taddei: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

Roberto do Carmo: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sérgio Portella: Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sportella@gmail.com

Simone Santos Oliveira: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

Thaís Lopes Côrtes: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

Virgínia Garcia Acosta: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

Sumário

Apresentação xi

Seção I

Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização 3
Luciano Lourenço

La construcción social de la prevención. Un concepto
en construcción 45
Virginia García-Acosta

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas 57
Antenora Maria da Mata Siqueira

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma
dinâmica tecnopolítica perversa 79
Norma Valencio

Seção II

Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e
impasses ao assistente social em contextos de desastres 123
Dora Vargas

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 141
Juliana Nazareno Mendes

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião
de São Tomé 161
Arthur Soffiati

A liberdade se equipara à vida 187
Sergio Portella

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia 205
Marco Antonio Sampaio Malagoli

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre	373
<i>Juliana Sartori</i>	

Seção III **Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ	509
<i>Edison Pessanha</i>	

Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

O mal-estar da civilização a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)

Renzo Taddei

Introdução

Este texto tem o duplo objetivo de discutir a contribuição da pesquisa de campo de caráter antropológico ao trabalho relacionado com a água e seus desastres, e o papel do conceito de *conhecimento local* neste panorama.

De maneira geral, o conceito de conhecimento local refere-se a conhecimentos específicos que habitantes de determinado lugar têm a respeito do seu mundo, no que diz respeito ao que consideramos serem suas dimensões materiais (como os ciclos hidrológicos dos rios ou as propriedades curativas de plantas) ou socioculturais (valores, crenças e formas de organização social, como métodos de resolução de conflitos, por exemplo). Mais adiante neste texto retornarei a essa questão; antes disso, apresento uma breve discussão sobre a antropologia e os métodos de pesquisa de campo.

A antropologia, em conjunção com as demais ciências sociais, dedica-se a estudar as formas de organização das coletividades humanas, seus sistemas de pensamento e seus padrões de comportamento. O interesse em entender sociedades que possuem características distintas daquelas com as quais o observador está familiarizado é bastante antigo. Heródoto, pensador grego considerado o pai da História (em razão de sua narrativa sobre o conflito entre gregos e persas no século V a.C., apresentada em seu livro *Histórias*), é tido também como o primeiro autor ocidental a deixar registro escrito e sistemático de formas exóticas de vida social e cultural encontradas no Mediterrâneo em sua época. Foi apenas no final do século XIX, no entanto, que a antropologia, como as demais ciências sociais, ganhou o *status* de disciplina acadêmica na Europa e nos Estados Unidos.

O interesse da antropologia por questões sociais e culturais faz com que ela surja em relação muito próxima com a sociologia, naturalmente. Simplificando uma história complexa, pode-se dizer que, até o último quarto do século XX, a antropologia dedicou-se a entender a sociedade e a cultura de populações ditas não-ocidentais, por meio de pesquisas de campo em que o antropólogo permanece entre os “nativos” por longos períodos de tempo (método chamado de *etnografia*), enquanto a sociologia dedicou-se a entender os dilemas e desafios da modernidade ocidental,

lidando com populações maiores (principalmente, os centros urbanos europeus e norte-americanos) e fazendo uso ora de pesquisa de campo,¹ ora de métodos estatísticos. Se a diferenciação no que diz respeito aos territórios e populações estudados mostrou-se mais determinante, a divisão metodológica constituiu-se de forma menos marcada: enquanto a abordagem *qualitativa* (ou seja, fundada na documentação detalhada da realidade pesquisada) caracterizou praticamente toda a produção antropológica e parte importante da sociológica no século XX, outra parte da sociologia forjou-se sobre métodos *quantitativos* (fundados em quantificações, por intermédio do uso de análises estatísticas, por exemplo). Em razão disso, a antropologia e a sociologia de caráter qualitativo se aproximam tematicamente de disciplinas como a história, a filosofia e as ciências sociais aplicadas (como a comunicação, a pedagogia e o serviço social, por exemplo), enquanto a sociologia de abordagem quantitativa tem, por sua natureza, forte interlocução com a economia e a administração pública.

Com o passar dos tempos, no entanto, as fronteiras que separam as disciplinas foram ficando cada vez mais tênues: hoje, muitos antropólogos estudam, por meio de pesquisa de campo qualitativa, elementos socioculturais de grupos inseridos na modernidade ocidental (AUGÉ, 1994), à comunicação midiática (ABU-LUGHOD, 2003) e a habitantes das grandes cidades (TADDEI, 2014a), enquanto há um número crescente de sociólogos que estuda conflitos agrários e ambientais em regiões e com populações entendidas como “não-ocidentais” (MARTINS, 1981; 2010).

Essa aproximação disciplinar ocorreu também entre a antropologia e a história e geografia. Nos primórdios da antropologia, as transformações sofridas por uma sociedade ao longo do tempo e nas formas de ocupação do território eram pouco consideradas, em parte devido ao relativo isolamento das sociedades não ocidentais em questão e ao seu reduzido tamanho. Ao longo do século XX, no entanto, uma série de transformações ocorreu: o crescimento demográfico e a expansão do capitalismo industrial, a devastação de uma grande quantidade de ecossistemas ao redor do planeta, transformações políticas e filosóficas, as revoluções tecnológica e digital. Em razão disso tudo, já não é mais possível imaginar que haja populações no planeta vivendo em isolamento cultural e econômico e em condições ambientais e territoriais estáveis – e isso se dá em ambas as direções: enquanto povos indígenas que não tiveram contato com não-índios

1. Algumas escolas sociológicas destacaram-se, ao longo da história, por adotar os estudos de caso e a pesquisa de campo etnográfica como método preferencial. Os casos mais conhecidos são a Escola de Chicago, o interacionismo simbólico e a etnometodologia (BRYMAN, 2001).

são afetados pela expansão da fronteira agrícola na Amazônia (uma vez que povos expulsos de seus territórios em razão dessa expansão se deslocam floresta adentro, penetrando territórios de outras etnias, o que por sua vez faz com que os conflitos interétnicos se intensifiquem), cidadãos dos principais centros urbanos do mundo consomem guaraná e açaí, praticam rituais neoxamânicos e ingerem substâncias oriundas das tecnologias psicoquímicas indígenas, como a ayauhasca.

Hoje se reconhece que a ideia de sociedades que vivem em condições ambientais estáveis e em isolamento cultural é uma abstração, uma simplificação da realidade usada como estratégia metodológica. Sendo assim, tornou-se fundamental no trabalho de muitos antropólogos pensar não apenas os padrões de organização social e cultural, mas também o território e suas transformações ao longo do tempo. No que diz respeito à compreensão que as sociedades têm do território, surge naturalmente um campo fértil de colaboração entre a antropologia e a geografia. Ainda que a geografia tenha se dedicado historicamente a entender como os seres humanos adaptaram o meio às suas necessidades, enquanto a antropologia (especialmente a dita “ecológica”) buscou entender como os humanos se adaptam ao meio, nos últimos trinta anos houve grande convergência de agendas e interesses. Dois dos campos em que o trabalho conjunto de geógrafos e antropólogos é bastante interessante, na atualidade, são as pesquisas sobre desastres naturais (OLIVER-SMITH; HOFFMAN, 1999) e sobre as chamadas “dimensões humanas” das mudanças climáticas (CAMERON, 2012).

A etnografia e os desastres

A antropologia, em seu objetivo de estudar as formas como as coletividades organizam seu mundo, tem grande interesse no tema dos desastres, uma vez que as reações coletivas diante deles – e o conseqüente esforço de reorganização que motivam – colocam em evidência elementos importantes das estruturas, processos e práticas sociais e culturais da coletividade. Ao mesmo tempo, justamente pelo fato de que uma das facetas de um desastre é a forma como este desorganiza o mundo, o conhecimento antropológico pode dar grandes contribuições aos agentes sociais diretamente envolvidos no trabalho com desastres. Em todas as coletividades humanas há valores e preceitos culturais a respeito de como se deve entender e relacionar-se com a vida, a morte, o corpo, a dor, o lar, o trabalho; de si e dos outros, em suas complexas redes e hierarquias de relações familiares, sociais e políticas. Essas noções estão longe de serem óbvias, jus-

tamente porque não podem ser reduzidas à sua mera existência material. Há coisas piores do que a morte em qualquer cultura do planeta; o que são tais coisas, no entanto, não é dado de antemão, mas varia amplamente entre povos e territórios. Sendo assim, a intervenção estatal em populações assoladas por desastres deve estar atenta a tais questões.

É preciso notar que os padrões de organização social e cultural não são estáticos em coletividade alguma. Disputas e conflitos, por um lado, e processos de inovação tecnológica ou cultural, por outro, de certa forma desorganizam padrões estabelecidos. Nem todos os subgrupos de uma coletividade são capazes de se recuperar dos impactos de um processo revolucionário de inovação tecnológica, por exemplo. Desta forma, questões ligadas à vulnerabilidade e à resiliência, conceitos tão utilizados nos estudos sobre desastres (ainda que a compreensão do quê exatamente são tais coisas seja muito variável de um lugar para o outro e entre as disciplinas), estão presentes todo o tempo na vida social. Os desastres propriamente ditos exacerbam a desestabilização das bases existenciais – materiais e simbólicas – da vida, de modo que toda a coletividade (ou grande parte dela) se veja atingida e os padrões ordinários da vida social ficam impossibilitados.

Que papel tem a etnografia – isto é, a pesquisa de campo de caráter qualitativo – neste contexto? Como metodologia de exploração do mundo sociocultural, existem características de um contexto de pesquisa que justificam o emprego da etnografia. Em geral, o elemento mais importante é a impossibilidade, ou inconveniência, de se estudar determinado fenômeno fora do contexto em que este ocorre de forma não induzida artificialmente. Aqui refiro-me a fenômenos estudados em laboratórios, ou por meio de simulações matemáticas, por exemplo. Em segundo lugar, a etnografia é utilizada em situações em que a pesquisa possui forte caráter exploratório – ou seja, o pesquisador não sabe muito bem o que vai encontrar e, por essa razão, as hipóteses iniciais de pesquisa tendem a ser substituídas por outras, à medida que o conhecimento da realidade sociocultural estudada aumenta, e o resultado final da pesquisa pode ser diferente, inclusive, dos objetivos inicialmente postulados. Em terceiro lugar, a etnografia é utilizada em contextos em que o interesse reside em dimensões mais complexas e holísticas de existência humana e de sua relação com o mundo, nas quais uma abordagem mais analítica não é conveniente. Comentarei cada um desses elementos mais detalhadamente a seguir.

Não é possível reproduzir as respostas sociais e culturais a um desastre em um laboratório – mesmo que este seja um laboratório de psicologia experimental. A principal razão para isso se dá pelo fato de que a existência social e cultural não ocorre “dentro” da cabeça das pessoas, mas por meio de processos de ação e comunicação coletiva e distribuída. Isso significa que, ao contrário do que supõe o senso comum, as pesquisas antropológicas e da linguística mostram que nós não “pensamos” por intermédio do uso de informações e conhecimento que possuímos e somos capazes de acessar intencionalmente; em vez disso, a existência social depende, em grande medida, da forma como o contexto da ação fornece sinais que nos ajudam a sintonizar nosso comportamento e pensamento com as exigências do momento (GUMPERZ, 1992; SILVERSTEIN, 1992). Quando entro em um templo religioso, o ambiente emite sinais que fazem com que eu, sem me dar conta, module meu tom de voz, a forma como uso meu corpo e até os pensamentos que tenho. Se, no dia seguinte, eu for a um estádio de futebol, o contexto das arquibancadas induzirá outras formas de ação e pensamento – inclusive algumas muito diferentes das que tive no templo religioso. Ou seja, nossos padrões de comportamento e pensamento não são estáveis, mas adaptam-se às necessidades do contexto.

Isso tem duas implicações importantes: em primeiro lugar, se eu quero entender como as coletividades se organizam em determinado contexto, é neste contexto que devo fazer a pesquisa; um laboratório é, em si mesmo, um contexto rico em sinalizações sobre o que deve ocorrer ali (em termos dos valores associados à produção científica, como a atitude racional e o foco em objetividade) e, por essa razão, não se pode esperar que indivíduos sejam estimulados simbolicamente da mesma forma que seriam no contexto real de interesse da pesquisa. Em outras palavras, ainda que sejam levados a pensar em outra coisa (como em um desastre, por exemplo), em um laboratório os indivíduos serão fortemente estimulados, em termos sensoriais e simbólicos, pelo contexto do laboratório. Além disso, as sinalizações emitidas por cada contexto e que nos ajudam a ajustar ações e pensamentos aos imperativos do momento são estratégias mnemônicas importantes de nossa existência no mundo. Devido a tais estratégias mnemônicas, a quantidade de esforço cognitivo que precisamos fazer para funcionar no mundo é muito menor. Ou seja, se eu dependo das sinalizações (cores, luzes, cheiros, etc.) do ambiente do templo religioso para sintonizar-me com ele, não serei capaz de descrever com riqueza de detalhes como me comporto em tal ambiente em uma entrevista realizada em um laboratório, por exemplo, justamente porque meu bom funcionamento nesse ambiente não depende (apenas) das coisas que carrego em

minhas memórias. Assim sendo, para fenômenos complexos como comportamentos humanos coletivos, a única forma de eu poder observá-los em sua manifestação típica é estar presente no contexto (ou seja, no lugar e no momento) em que tal manifestação ocorre (TADDEI; GAMBOGGI, 2011).

Obviamente, nem sempre isso é possível. Na pesquisa com desastres, geralmente o pesquisador chega ao local acometido depois de o fato já ter acontecido (a menos que o desastre ocorra durante a pesquisa. Há inúmeros casos de pesquisadores que tinham outros temas de estudo quando foram surpreendidos pela ocorrência de um desastre, e, a partir daí, começaram a se relacionar com o tema de forma mais sistemática). De qualquer forma, um desastre não é um fato isolado, mas um processo com desenrolar temporal extenso (e que pode durar décadas, como são os casos dos acidentes nucleares de Goiânia e de Chernobil, por exemplo; ver TADDEI, 2014c; TADDEI; GAMBOGGI, 2010), e, ainda que o pesquisador se conecte com o desenrolar dos eventos de forma tardia em relação ao pico da crise, o fato de coletar seus dados nos locais em que o processo ocorre permite que as pessoas acessem suas memórias fazendo uso das estratégias mnemônicas mencionadas, mesmo que seja para a rememoração dos fatos.

Outro fator mencionado é o caráter exploratório da etnografia. Ao contrário do que postulam disciplinas das áreas da vida interessadas no comportamento humano (como a genética e as neurociências, por exemplo), a diversidade de comportamentos e soluções socioculturais encontrados ao redor do mundo é muito grande, e tal diversidade não pode ser explicada por meio de variáveis unicamente biológicas ou geográficas (LARAIA, 1986). Sendo assim, se meu interesse não é entender unidades componentes da existência, como átomos ou moléculas, mas, em vez disso, estudar a complexidade das manifestações de redes de relações entre organismos, ideias e as coisas do mundo (como é o caso das organizações socioculturais), é preciso estar aberto para o alto grau de indeterminação e imprevisibilidade sobre o que vai ser encontrado. Por essa razão, a realidade local deve ser acessada de forma aberta, com mais curiosidade e menos certezas preestabelecidas.

Adicionalmente, esse tipo de pesquisa está mais interessado na compreensão das diferenças entre os existentes do que no estudo das estruturas fundamentais e comuns da existência. Uma coisa não é, necessariamente, mais importante que a outra, mas determinados objetivos específicos da pesquisa podem fazer com que uma seja mais *relevante* que a outra. Um exemplo típico de uma situação de desastre (e de risco de desastre) é o conflito, entre técnicos das defesas civis e moradores de áreas

consideradas de risco, sobre o que está ocorrendo e o que deve ser feito a respeito. Ainda que sejam todos humanos, submetidos aos mesmos processos cognitivos no que tange às suas reações diante do medo e da incerteza – e que essas coisas possam ser estudadas, com resultados interessantes e úteis, em laboratório –, é o contexto de conflito, e não os processos cognitivos comuns, o foco do interesse nesse caso. Ou seja, papéis sociais distintos (com as diferenças decorrentes do acesso a informações, a estruturas de proteção física, etc.) farão com que os mecanismos cognitivos acionados pela situação de desastre não sejam os mesmos para técnicos e vítimas. E, mesmo entre os técnicos, haverá diferenças e conflitos internos em seu grupo, assim como entre as vítimas. Desse modo, a pesquisa antropológica e as atividades de atendimento em situações de desastre convergem em seu interesse pela realidade social, de forma holística e pragmática, mais do que pela análise pormenorizada de fragmentos isolados e desconexos da realidade do desastre – à maneira como as disciplinas acadêmicas ultraespecializadas fazem suas análises de forma independente umas às outras. Ou seja, tanto para a antropologia como para a ação de apoio, de certa forma o resultado total e final das múltiplas e inúmeras interações entre sujeitos e entre estes e o mundo é o foco do interesse, ainda que os micromecanismos atuantes em cada uma dessas interações não sejam conhecidos. Sendo assim, é apenas no contexto em que os fatos ocorrem e as dinâmicas socioculturais se desenrolam que essa dimensão do desastre é plenamente observável. Daí a grande relevância da etnografia para a pesquisa e para a ação de apoio em situação de desastres.

O lugar do saber local

Feitas essas considerações, chegamos ao tema do papel e da relevância do conhecimento local dentro do contexto de pesquisa etnográfica e, mais especificamente, de pesquisa sobre o tema do desastre. De certa forma, falar em conhecimento local é referir-se à discussão das escalas de ação no contexto da existência sociocultural, de forma geral, e diante dos desastres, de modo particular. Em que sentido as ações coletivas, em nível local, participam ou afetam o desastre em seu desenrolar como processo e as atividades de apoio e mitigação dos seus impactos?

No entanto, há questões conceituais que necessitam de tratamento antes que essa discussão possa avançar. Uma primeira questão, e talvez a mais fundamental de todas, é definir o que se entende por saber *local*. O adjetivo “local”, quando associado a saber, é indicativo do quê, exatamente?

Não há saber que não seja conhecimento, e não há conhecimento que não tenha um “local”, um referencial contextual; isso inclui o que produz a ciência e a técnica (ver LATOUR, 1994; LATOUR; WOOLGAR, 1997; STENGERS, 2002). Mas há algo mais na ideia de saber, que extrapola a noção de conhecimento. Isso se reflete no conceito de “práticas”, palavra frequentemente associada à noção de saber. Saber é algo mais do que informação, no sentido de que envolve mais do que cognição, incluindo outras dimensões da existência – algo que se pratica com o intelecto e com as demais faculdades humanas (INGOLD, 2000; TADDEI, 2014b).

A denominação de certas formas de vida de *práticas do saber local* é uma estratégia discursiva menos inócua e inocente do que parece. É preciso analisar, antes de mais nada, em que contextos formas de vida específicas são pensadas e tratadas como práticas de *saber local*. O pressuposto que usarei aqui, e que marca muito do pensamento antropológico contemporâneo, é que coisas e conceitos têm seus sentidos definidos a partir das relações que constroem, muito mais do que de seus conteúdos específicos (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Os significados são sempre relacionais. A pergunta decorrente disso, desta forma, é a seguinte: as práticas de saber local são práticas, de saber e locais, em relação a quê? E, como resultado disso, chamá-las desse modo afeta o mundo de que maneira?

Vejam: o chá é tido como parte da história da Índia, a batata é um ícone da civilização inca no Peru, o tomate foi levado dos incas ao México pelos astecas, e de lá foi à Europa; o chocolate era uma bebida sagrada no México pré-colombiano. Podemos dizer que beber chá na Inglaterra, comer batata na Irlanda, tomate na Itália ou chocolate na Suíça faz parte de saberes locais? Ou são saberes locais apenas na Índia, Peru ou México, e deixam de sê-lo na Europa? Há uma grande quantidade de estudos linguísticos sobre as marcações explícitas existentes na linguagem, e de como estas, em geral, denotam um lugar *subjugado*, ao passo que a ausência de marcação denota posição hegemônica. Por exemplo, usa-se a expressão futebol *feminino*, mas não futebol masculino – o segundo caso é tomado como situação “natural” (ou seja, naturalizada), e por isso não demanda a marcação de gênero. Consta que Villa Lobos se irritava quando era apresentado na Europa como compositor “brasileiro”, enquanto ninguém se referia a Beethoven como “alemão” ou a Strauss como “austríaco”; o adjetivo “brasileiro” era uma forma de excluí-lo do *mainstream* musical mundial (que era, na verdade, a elite musical europeia).

Tais exemplos mostram o quanto a expressão *saber local* é parte fundamental da geopolítica das coisas e ideias: por pelo menos dois séculos,

tais formas de compreensão do mundo foram rejeitadas pelo *establishment* científico ocidental, frequentemente associadas à ignorância e ao obscurantismo; quando a ciência, finalmente, destronou a religião, na qualidade de conselheira preferencial do Estado, na Europa e nos Estados Unidos, tais formas de saber deixaram de ser o inimigo contra o qual se deve lutar e passaram a ser entendidas como repositório de conhecimento *ainda não legitimado* pela ciência, e por isso mesmo demasiadamente contextual, inexoravelmente ligado a determinado território e cultura e de difícil extrapolação e generalização (valores centrais do conhecimento científico). Na visão cientificista do mundo, o conhecimento local é, ao mesmo tempo, subdesenvolvido e poluído com todo tipo de conteúdo (supostamente) irrelevante, o que dificulta sua generalização para fora do “local”. Essa forma de entender a relação entre os conhecimentos e as escalas de ação tem sido duramente criticada por diversos autores (STENGERS, 2002; TADDEI, 2011; TSING, 2005; 2012)

Para evidenciar as razões pelas quais essa categorização dos conhecimentos é não apenas simplista, mas contraproducente, vou apresentar como exemplo um evento registrado em minhas anotações de pesquisa de campo realizada no sertão cearense (TADDEI, 2012a), sobre o papel das distintas formas de conhecimento climático na percepção e na vivência do ambiente semiárido. Um amigo meu, chamado Martins Ribeiro da Silva, mora na cidade de Icó, no interior do Ceará, é agricultor e tem cerca de 60 anos. Frequentou a escola apenas para aprender a ler e escrever. Produz arroz e frutas num projeto de irrigação criado pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas), em 1973. Possui cerca de 15 hectares de terra e, apesar de estar lá há mais de 40 anos, recebeu o título das terras onde trabalha faz pouco mais de 5 anos.

Martins é uma pessoa incrivelmente ativa e curiosa. Com inteligência e dedicação, tornou-se não apenas um dos pequenos produtores mais produtivos da região, como também líder de associação, líder comunitário e representante de seus pares em diversos comitês e coletivos ligados ao governo (como o comitê local de bacia hidrográfica, por exemplo).

No ano de 2002, quando conheci Martins, ele me convidou para visitá-lo em sua casa. Ao entrar, reparei que na parede da sala de estar, entre diplomas de cursos técnicos, fotos de parentes e imagens religiosas, havia um gráfico meteorológico que eu tinha visto muitas vezes na agência estadual de meteorologia. Perguntei-lhe do que se tratava. Ele me disse que aquele era o *El Niño* de 1998, quando houve forte seca no Nordeste brasileiro. Há uma relação entre o *El Niño* e as secas, ele disse. Perguntei o que era o *El*

Niño; ele me explicou da mesma forma que os meteorologistas o haviam feito em Fortaleza. Perguntei, então, se ele usava dados meteorológicos em sua atividade agrícola. “Não”, ele me disse, como sua agricultura é irrigada, ele se preocupa com a disponibilidade hídrica no imenso açude de Orós, que alimenta o projeto de irrigação, e não com as chuvas e sua distribuição, como o fazem os agricultores que não têm acesso à irrigação. Por que você tem essa imagem na parede, então?”, perguntei. Ele me contou que recebera um material da agência meteorológica num curso que fez e decidiu recortar e emoldurar a imagem para pendurá-la na parede em sua sala de estar. “É uma imagem bonita”, ele disse. Naquele momento, pensei em dizer aos meus amigos meteorologistas que há usos para as coisas que eles produzem – seu conhecimento científico e os objetos decorrentes – que eles nem imaginam. Nesse caso, um uso estético, decorativo.

Mas foi apenas muitas semanas mais tarde, ao observar as atividades cotidianas da comunidade, que entendi qual era, talvez, o uso mais socialmente relevante daquela imagem. Uma das atividades mais importante desempenhadas por Martins, em seu papel de líder comunitário, é fazer a mediação na relação entre os pequenos agricultores familiares e os técnicos do governo. Há um estereótipo comum, entre os agricultores, sobre os agrônomos do Estado, descritos num tom que mescla humor e ressentimento: o técnico extensionista rural é o que eles costumam chamar de “dotôzinho da cidade”, o rapaz de vinte e poucos anos, recém-formado em agronomia, que chega às comunidades com ar de superioridade, criticando os agricultores em suas práticas e dizendo como as coisas devem ser feitas.

Nem todos os técnicos se comportam desse modo, mas alguns o fazem, ainda que de forma mais sutil do que como são, geralmente, descritos. Esse tipo de comportamento é entendido como ofensivo, se tomamos em consideração os padrões de sociabilidade do mundo rural, em que o saber costuma ser medido, entre os adultos, em anos de vida. No entanto, esses profissionais trazem informações técnicas úteis, dados sobre programas do governo, além das sementes selecionadas; sendo assim, a relação entre produtores e agrônomos deve ser devidamente administrada, o que equivale a dizer que os conflitos devem ser mantidos em nível baixo (TADDEI, 2012b). Apesar da pouca instrução formal, Martins desenvolveu, ao longo de sua vida, a capacidade de entender e falar a linguagem dos técnicos, o que o capacita a fazer tal mediação e, em decorrência disso, o legitima enquanto líder local. Manter aquele símbolo do conhecimento científico, o gráfico meteorológico, na parede, à vista de todos, é um

modo de recordar os membros da sua comunidade a respeito dessa sua capacidade e de fazer ver que ele é capaz de intermediar as relações entre a população local e o mundo da técnica.



Martins e o gráfico do El Niño. Fonte: Taddei, 2014, p. 257.

O uso que Martins faz da informação climática não é econômico, mas político. Há certo fetiche por parte tanto de meteorologistas quanto de agentes do desenvolvimento econômico, desde o início da década de 1990, a respeito do potencial econômico das previsões climáticas, o que os faz cegos para quaisquer outros usos do conhecimento científico – principalmente os usos políticos, no bom sentido do termo –, ainda que esses usos sejam, frequentemente, mais relevantes para as comunidades locais.

Nesse caso, o “saber” de Martins está mais relacionado com determinado uso de informações, com uma forma de estabelecer relações, do que com um conteúdo específico. Essa forma de fazer as coisas marca a maioria absoluta dos líderes que encontrei no interior do Ceará. Esses líderes, no entanto, não se qualificam para o reconhecimento como “mestres da cultura” nem têm, em suas formas de atuação, a atenção da mídia urbana – que está interessada em coisas extraordinárias e não em formas extraordinárias de estabelecer relações entre coisas comuns.

Tomando a questão dessa maneira, o posicionamento do saber local se desloca de forma radical. Há menos discrepância entre o saber local e o saber científico do que sugere a cobertura que a grande imprensa dá a essa questão, uma vez que esta se foca, sobretudo, em diferenças marcadas de conteúdo, enquanto líderes locais não se importam com essa falsa dicotomia e fazem uso do conhecimento científico das formas mais diversas. A ideia de que os detentores do saber local se colocam “contra” a ciência não possui lastro empírico. O que há de radicalmente diferente nas formas de ação de tais detentores é o lugar onde colocam a ciência. As coisas da ciência tendem a ser apenas ferramentas, recursos a serem utilizados de forma pragmática, dentro de um plano de ação ético e moral mais amplo, em que as relações sociais e a reciprocidade são elementos estruturantes fundamentais. Aqui está a diferença basilar em relação à ciência ocidental: esta, particularmente em suas variantes mais positivistas, nas ciências exatas e da vida, entende a atividade científica como definindo justamente as qualidades desse plano de ação, os limites ontológicos do mundo, isto é, a realidade das coisas. Para a grande maioria da população mundial não ocidental (e para o lado direito do cérebro de muitos ocidentais), a realidade não existe nas coisas, mas no que se faz com elas.

Nesse sentido, talvez o que realmente distinga o saber local do saber científico seja, justamente, o valor que o adjetivo “local” agrega à expressão: é a preocupação com os efeitos reais desse saber, no âmbito das relações sociais. Ou seja, a atenção ao contexto em que o saber existe. E, se isso é o que distingue o saber local do saber não local, isso dá pistas da razão pela qual o conhecimento científico vive em constante estado de crise em sua relação com a sociedade: as coisas só têm sentido dentro de contextos reais, e a mensagem científica em geral não carrega consigo os elementos que auxiliam as pessoas a contextualizarem a informação (justamente porque a ciência crê que produz coisas não contextuais, ou seja, conhecimento “universal”). O uso produtivo da mensagem científica passa a depender de intermediários como Martins, capazes de transformá-la de modo a fazer com que seja possível conectá-la com os processos sociais e culturais em curso. Na ausência de tais intermediários, a mensagem é ignorada ou ganha interpretações erráticas que podem, inclusive, afetar a credibilidade futura da fonte de informação científica em questão (ver TADDEI, 2008; TADDEI; GAMBOGGI, 2011).

Conclusão

As perspectivas evidenciadas pela pesquisa etnográfica e pela apreciação mais nuançada do que constitui o saber local trazem algumas implicações relevantes para quem trabalha com desastres. Mencionarei as duas que considero mais fundamentais. Em primeiro lugar, o trabalho de reconstrução pós-desastre será, provavelmente, mais produtivo se focado mais nas relações do que nas coisas (e corpos). Estes últimos, no entanto, são mais fáceis de observar e manusear do que as relações; ocorre que as coisas são, elas mesmas, ferramentas que usamos para gerenciar nossas relações sociais e com o mundo em geral (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004; GARCIA CANCLINI, 2010). Desta forma, vida, corpo, família, casa e documentos devem ser tratados não como noções, mas como relações; ou, colocando de outro modo, essas conexões são mantidas, no tempo e no espaço, por intermédio de relações entre sujeitos e entre os sujeitos e o mundo. A reativação do potencial coletivo de reproduzir tais coisas a partir das dinâmicas sociais e culturais é, assim, mais importante do que a simples reposição de “infraestrutura” e de “recursos”.

Em segundo lugar, o fato de que cada contexto local terá suas peculiaridades significa que o trabalho de pensar e executar as ações de cuidado, auxílio e reconstrução deve ser feito com a participação integral de membros das comunidades afetadas – os intermediários estratégicos, como Martins, precisam ser encontrados e com eles se deve trabalhar de forma colaborativa –, inclusive no diagnóstico do problema. Quando isso não ocorre, o resultado, não raro, é a descoberta de que parte da comunidade está trabalhando, ainda que de forma não intencional ou planejada, em direções contrárias àquelas adotadas pelos agentes do Estado, o que resulta em (mais) perdas para todos.

Agradecimentos – O material etnográfico citado no texto resultou de pesquisas financiadas, em momentos distintos pelas seguintes instituições: CNPq, FAPESP, Wenner-Gren Foundation, Comitas Institute for Anthropological Study (CIFAS), International Research Institute for Climate and Society (IRI), Center for Research on Environmental Decisions (CRED – Columbia University), National Science Foundation (NSF 951516) e o Inter-American Institute for Global Change Research (IAI CRN 3035 and 3106). As ideias aqui apresentadas desenvolveram-se ao longo de minha participação nas atividades do Grupo de Estudos de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (GEACT/UFRJ) e do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA/UNIFESP).

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, L. Melodrama egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 75-102, 2003.
- AUGÉ, M. **NaPo-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. SaPo Paulo: Papirus, 1994.
- BRYMAN, A. **Ethnography**. Londres: Sage, 2001.
- CAMERON, E. S. Securing indigenous politics: a critique of the vulnerability and adaptation approach to the human dimensions of climate change in the Canadian Arctic. **Global Environmental Change**, v. 22, n. 1, p. 103-114, feb. 2012.
- GARCIA CANCLINI, N. O consumo serve para pensar. In: _____. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010. p. 59-73.
- GUMPERZ, J. J. Contextualization revisited. In: AUER, P.; DI LUZIO, A. (Eds.). **The contextualization of language**. Amsterdã/Filadelfia: J. Benjamins, 1992. p. 39-53.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- INGOLD, T. **The perception of the environment**. Londres: Routledge, 2000.
- LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S. **The angry Earth**: disaster in anthropological perspective. Londres: Routledge, 1999.
- SILVERSTEIN, M. The indeterminacy of contextualization: when is enough enough. In: AUER, P.; DI LUZIO, A. (Eds.). **The contextualization of language**. Amsterdã/Filadelfia: J. Benjamins, 1992. p. 55-75.
- STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.
- TADDEI, R. A Comunicação social da informação sobre tempo e clima: o ponto de vista do usuário. **Boletim da Sociedade Brasileira de Meteorologia**, v. 32, p. 20-39, 2008.
- _____. Watered-down democratization: modernization versus social participation in water management in Northeast Brazil. **Agriculture and Human Values**, v. 28, n. 1, p. 109-121, 2011.
- _____. Social participation and the politics of climate in Northeast Brazil. In: LATA, A.; WITTMAN, H. (Eds.). **Environment and citizenship in Latin America**: natures, subjects and struggles. Nova York: Berghahn Books, 2012a. p. 77-93.

_____. The politics of uncertainty and the fate of forecasters. **Ethics, Policy & Environment**, v. 15, n. 2, p. 252-267, 2012b.

_____. Devir torcedor. In: FERREIRA, A. A. L.; MARTINS, A.; SEGAL, R. (Orgs.). **Uma bola no pé e uma ideia na cabeça**: o que o futebol nos faz pensar. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014a. p. 27-52.

_____. Ser-estar no sertão: capítulos da vida como filosofia visceral. **Interface** (Botucatu. Impresso), v. 18, p. 597-607, 2014b.

_____. As secas como modos de enredamento. **ClimaCom Cultura Científica** - pesquisa, jornalismo e arte, n. 1, dez. 2014c. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=1123>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

TADDEI, R.; GAMBOGGI, A. L. **Depois que a chuva não veio** - respostas sociais às secas na Amazônia, no Nordeste e no Sul do Brasil. Fortaleza: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos/Instituto Comitas para Estudos Antropológicos, 2010.

_____. Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental. **Caderno Pedagógico**, Lageado, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011.

TSING, A. L. **Friction**: an ethnography of global connections. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

_____. On nonscalability: the living world is not amenable to precision-nested scales. **Common Knowledge**, v. 18, n. 3, p. 505-524, 2012.